

CALVET DE MAGALHÃES, EMBAIXADOR DE CORPO INTEIRO

António Melo

José Tomás Calvet de Magalhães nasceu no Bairro Alto, em Lisboa, na casa patriarcal do avô paterno, no dia 2 de Outubro de 1915. Fez os estudos secundários no Liceu Passos Manuel e destacava desse período o papel que tiveram na sua formação dois professores, João de Barros e Alberto Reis Machado. Faziam do Português e da História uma perfeita interdisciplinaridade.

O ambiente familiar, profundamente liberal, favoreceu a reflexão crítica. Dois bisavós, os Pinto de Magalhães, participaram na revolução liberal de 1820 e essa particularidade tornou-se tradição familiar. O pai foi um caricaturista político conhecido, da escola de Francisco Valença, que assinava com o apelido dos avós, Pinto de Magalhães.

O Palácio das Necessidades foi a sua casa. Até mais do que o apartamento do Estoril. Não que este não fosse confortável, decorado com pinturas de bom gosto, ilustrado com sépias de ilustres antepassados e fotografias coloridas dos bisnetos. Mas foi no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) que Calvet de Magalhães se sentia mais à vontade. Era a «sua» casa e não dissimulava um sorriso de *connaisseur* quando se aludia a Teixeira Sampaio, que era secretário-geral do MNE quando iniciou a sua carreira, com o epíteto de «governanta das Necessidades». Divertia-o recordar as rivalidades que havia entre os superiores nos seus tempos de jovem diplomata, designadamente entre Armindo Monteiro e Teixeira Sampaio. Era bem mais discreto em dissertar sobre as da actualidade, se bem que não tivesse papas na língua a falar dos ministros. Elogiava o «carácter» de Jaime Gama e não escondia uma frieza por Mário Soares, que por sinal o afastara do cargo de secretário-geral do MNE, em Maio de 1974. Homem de hierarquias, via na ideologia comunista a origem dos grandes males do século XX e, curiosamente optimista para um céptico diplomata, acreditava na profecia de Fukuyama de um «fim da história», encerrado num sistema democrático por mil anos.

A entrevista que se segue, realizada em 1999, cinco anos antes do seu falecimento, foi publicada (numa versão muito condensada) na edição de 28 de Março desse ano do jornal *Público*.

ANTÓNIO MELO > Começou a sua carreira diplomática em Washington, em 1945. Nesse final de guerra há uma outra figura que passa pela capital norte-americana e que vai desempenhar um forte papel na política portuguesa deste meio século: Humberto Delgado. Conheceu-o?

CALVET DE MAGALHÃES > Vim a conhecer o general muito bem, mas não foi nessa altura. Ele ainda não era chefe da missão militar, isso só se deu depois da nossa participação na NATO que foi em 1948-1949. Conheci-o muito bem quando estava colocado em Paris, em 1951, na nossa delegação junto da NATO. A partir de um certo momento passei a ser o suplente do embaixador, que era o conde de Tovar, que tinha frequentes crises diabéticas e receava viajar de avião. Sempre que o conselho da NATO, em peso, fazia visitas oficiais, lembro-me de uma aos EUA, outra a Malta, ao quartel-general da esquadra no Mediterrâneo, era eu que representava o embaixador.

Quando fui a Washington, integrado no conselho da NATO, era ainda um primeiro-secretário conselheiro, os chefes das missões militares passaram a ser os ajudantes às ordens dos respectivos embaixadores. Eu, como jovem suplente, tive como meu ajudante às ordens o general Delgado.

O conselho fez várias voltas, fez visitas oficiais, estive o presidente dos EUA, general Eisenhower. Fomos convidados a almoçar na Casa Branca e fizemos várias visitas, estivemos em Norfolk, num porta-aviões, em outras bases militares, no Pentágono, etc. Nestas visitas todas tive sempre o general Delgado a acompanhar-me, que eu já conhecia incidentalmente de Paris, sempre que ele por lá passava. Só que desta vez estivemos juntos durante vários dias, talvez uma semana.

AM > Como se explica que ele, como outros militares, por exemplo, o general Júlio Botelho Moniz, que tinham sido fervorosos apoiantes do Estado Novo, ao passarem por Washington, se tenham tornado anti-salazaristas?

CM > Não conheci Botelho Moniz e em 1961 [tentativa de golpe de Estado] estava em Paris. Mas conheci muito bem o general Delgado e creio que os dois casos são diferentes. Delgado começou por ser, o mais que é possível, um fervoroso partidário de Salazar. Mas a sua alteração de opinião é mais um caso de natureza pessoal. O general Delgado era uma pessoa com grande opinião de si próprio, que gostava de se exhibir. Durante esse tempo que estive comigo ele foi, por assim dizer, uma espécie de divertimento dos acompanhantes todos, porque toda a gente se ria muito com as histórias que ele contava e com as suas atitudes. Era um homem que não podia estar quieto nem calado. Notava-se que havia nele um certo desequilíbrio e creio que isso até nem é novidade, porque li noutra dia uma entrevista do marechal Costa Gomes, que dizia que lhe faltava um parafuso, e ainda uma outra do psiquiatra Pedro Polónio, que confirmava esta afirmação.

No entanto, creio que o caso do Delgado deve ser visto numa perspectiva totalmente diferente. Ele era um homem com ambições enormes que não foram satisfeitas pelo anterior regime.

AM > Por que é que não foram satisfeitas? A verdade é que ele ia a São Bento falar com Salazar mais do que qualquer ministro.

CM > Pois, o Salazar dava-lhe imensa atenção porque ele tinha tido muita coragem na defesa do regime, mas também não confiava nele para todas as missões e teve ambições que o Salazar achou que não devia satisfazer. E ele ficou um homem ressentido.

AM > Quando vai para as eleições em 1958...

CM > Como é que isso se explica? As figuras mais eminentes da oposição democrática conhecendo as suas qualidades de audácia serviram-se dele. Disso não haja dúvidas. Eles viram nele um homem capaz de derrubar o regime. E foi nisso que apostaram. Não é porque tivessem para com ele uma consideração especial. O que é profundamente ridículo é querer transformar o general Delgado num herói da democracia, coisa que ele nunca foi. Se por acaso tivesse ganho e assumido o poder, na minha opinião ele ia instituir um regime militarista e as primeiras vítimas seriam esses líderes democráticos.

AM > Ele não estava imbuído dos princípios da democracia?

CM > Nem de longe nem de perto. O que ele admirava nos americanos, que eu vi, era a força militar. Quando visitámos o porta-aviões Forrestal ele estava esfuziante de entusiasmo e só dizia: «Veja o poderio desta gente! Este porta-aviões vale mais que todo o orçamento militar de Portugal».

AM > Não era verdade?

CM > Seria, mas nunca o ouvi defender quaisquer princípios de carácter político. Tenho a impressão que era uma coisa que nem lhe passava pela cabeça. Quando ele se volta contra Salazar era um homem ressentido. Segundo me constou ele pretendia que Salazar o nomeasse governador de Angola e o Salazar achava que ele não tinha competência para isso.

AM > É a primeira vez que ouço falar disso. Como é que soube?

CM > Atenção, eu não posso assegurar. Foi algo que me constou.

AM > Na biografia de Salazar feita por Franco Nogueira não vem essa versão. O que aí se diz é que Salazar queria fazer dele o homem da aviação portuguesa, director-geral da Aeronáutica Civil...

CM > Que ele foi.

AM > Dos aeroportos e, eventualmente, um cargo de maior responsabilidade...

CM > Sim, mas só aí, fora disso não. Ele tinha outras ambições. Como se considerava um trunfo importante do regime, entendia que o regime tinha obrigação de lhe dar mais coisas.

AM > Falou de Angola, mas quem acabara de regressar de lá, profundamente desiludido com a política ultramarina, tinha sido o capitão Henrique Galvão, que era amigo de Delgado...

CM > Não sei se nessa altura eles tinham qualquer ligação.

AM > Delgado não foi dos poucos camaradas de armas que visitou Galvão na prisão, depois do malogrado golpe de Janeiro de 1952?

CM > Disso não sei nada. Mas o que sei é que ele era um homem extremamente ambicioso e que queria exercer o poder político, disso não há dúvidas. Ele tratava-me como se eu fosse um garoto. Para ele...

AM > Não eram da mesma idade?

CM > Não, ele era mais velho. E já era um general, enquanto eu era um simples secretário. Tratava-me por «rapazinho», o que pouco me importava, porque ali era o chefe dele, coisa que ele não admitia, nem lhe passava pela cabeça. Tinha uma maneira de falar muito solta. Fartava-se de dizer mal do Santos Costa [ministro da Defesa], sem se importar sobre quais seriam as minhas opiniões acerca do regime e daquele governante.

AM > Santos Costa era outro militar muito próximo de Salazar, seu braço direito para as questões da defesa e a quem recorreu nas eleições de 1958 para neutralizar a tentativa modernizadora de Marcelo Caetano e, sobretudo, a campanha de Delgado. Como é que o viu?

CM > Santos Costa ia muitas vezes às reuniões dos ministros da Defesa da NATO. Nunca tive grande intimidade com ele, até porque ele não era uma pessoa muito aberta, mas não há dúvida que ele representava dentro do Governo um sector muito, muito conservador. Ele até se dizia monárquico, o que era uma coisa que me surpreendia um bocado, porque não havia muitos militares com esse pensamento. Como o Marcelo também tinha sido monárquico, podia haver alguma ligação entre os dois. Mas não, havia era um antagonismo. Quando eu falava com o Marcelo Caetano ele ignorava o Santos Costa. Havia uma rivalidade enorme entre os dois e não há dúvida que o Salazar, precisamente por causa disso, resolveu o problema desembaraçando-se dos dois.

AM > Como é que se explica que o Santos Costa, que começou a guerra como germanófilo, a tenha terminado a ser condecorado pela Casa Branca, pelos serviços prestados à causa aliada?

CM > Tenho a impressão que, nessa matéria, há muitas questões de interesse político. Eles tinham o interesse político de tratar o Salazar de uma maneira mansa. No fundo, o que eles queriam era não perder a utilização da base das Lajes. Quando se lê os documentos americanos – e alguns portugueses têm sido iludidos quanto a isso, ao desvalorizar a importância das Lajes – percebe-se que ela era de uma importância fundamental, hoje um pouco menos, mas naquela altura absolutamente fundamental para a estratégia americana na ligação entre a Europa e a América. De maneira que a política dos americanos foi sempre passar a mão pelo pêlo a Salazar.

AM > Por que é que deram a medalha ao Santos Costa e não a ele?

CM > Porque ele era uma força muito grande dentro do país e eles só queriam agradar-lhe, mesmo que não concordassem com algumas das posições políticas dele. Os interesses políticos saltam muitas vezes sobre as simpatias ideológicas em função das conveniências.

AM > Fez um retrato do general Delgado. Como seria o de Santos Costa?

CM > Conhecia-o mal. Era um homem reservado. Havia pessoas que trabalhavam com ele e de quem eu era amigo e é mais a partir delas que eu tenho uma ideia do Santos Costa. Mas enquanto Delgado era expansivo...

AM > Santos Costa nunca pensou em substituir Salazar?

CM > Nunca percebi no Santos Costa qualquer ideia desse tipo.

AM > Assim seria com Santos Costa, mas não com Marcelo Caetano?

CM > Com certeza. Era o sucessor natural, embora com algumas restrições que o próprio Salazar punha e que no fundo mostravam que ele o conhecia bem e depois vieram a revelar-se. Quando Marcelo chegava a um ponto decisivo era um homem que tinha dificuldade em tomar uma decisão.

AM > Houve casos concretos?

CM > Vários. Veja-se, por exemplo, a sucessão do almirante Tomás na Presidência da República. Era óbvio para toda a gente que seria altamente inconveniente reelegê-lo, depois de toda a transformação produzida com a saída do Salazar. O Marcelo [Caetano]

não teve coragem de tomar essa decisão e o argumento que dava era de que o almirante Tomás se oferecera para ser de novo candidato. Ora bastou esse argumento para ele não tomar a decisão de propor ele próprio.

AM > Ele não «podia trair» quem o escolhera para o governo?

CM > Pois é. Mas no plano político isso não é um argumento sério. Tomás já ia no seu terceiro mandato. Não havia razão nenhuma para ser reeleito e não havia conveniência. Se o Marcelo estava a falar a sério quando dizia que era preciso proceder a certas alterações, não era com o almirante Tomás que ia ter possibilidade de o fazer.

AM > Está a referir-se à reforma marcelista...

CM > Pois, pois. A certas alterações internas do regime, em relação à política ultramarina. Tudo isso não era possível.

AM > Em 1972, ocupa uma posição destacada no MNE...

CM > Sou secretário-geral do Ministério...

AM > E nessa altura tem uma percepção política da evolução do regime. Que expectativas lhe suscitou a «primavera marcelista»?

CM > Eu fui aluno do Marcelo Caetano durante quatro anos, de maneira que tínhamos um relacionamento próximo. Depois fui funcionário dele enquanto estive na OCDE e ele era ministro da Presidência. Foi ele que me designou, contra vontade, chefe de missão.

AM > Contra vontade porquê?

CM > Porque eu acabara de ser promovido ao posto de conselheiro e aquilo era lugar para chefe de missão. Ele achava que tinha pouco currículo para aquela missão, mas fui muito apoiado pelo Paulo Cunha, que era o ministro dos Negócios Estrangeiros. Sobretudo porque o meu antecessor, o embaixador Rui Guerra, veio para Lisboa como director-geral dos Negócios Económicos. Mas a nomeação dependia de Marcelo Caetano e eu tinha que ser transferido do MNE para a Presidência do Conselho. Em 1972 eu era secretário-geral, mas nunca intervi na política. Em princípio os diplomatas são agentes do Estado e não interferem na política. O regulamento proíbe-nos mesmo de nos pronunciarmos sobre política interna sem autorização do ministro. Mas tinha as minhas ideias e opiniões além de relações pessoais. Quando o almirante Tomás chegou ao fim do seu mandato, a minha opinião é que ele não podia ser reeleito.

AM > O ministro dessa altura era o Dr. Rui Patrício...

CM > Sim, mas eu com o Dr. Rui Patrício não tinha discussões de ordem política. Tinha-as com pessoas de fora do MNE.

AM > Quem?

CM > Eu conhecia muito bem o secretário-geral da ANP (Acção Nacional Popular), Cotta Dias, que por acaso era genro do Botelho Moniz. Ainda ele era secretário-geral da ANP e estava para terminar o mandato do Tomás eu tive três almoços com ele. Foi a única vez que a título pessoal intervi na política. Num deles, por sinal no Tavares, eu disse ao Cotta Dias: «Não é possível reelegê-lo, porque senão não é possível fazer qualquer alteração no regime. Ele está rodeado por uma camarilha que vai travar tudo.» Ele concordou comigo. «Você tem toda a razão», disse-me. Passados quinze dias voltei a almoçar com ele e disse a mesma coisa. Mas ele já me respondeu: «Você tem razão, mas vai ser muito difícil.» Fiquei inquieto e no terceiro almoço o Cotta Dias disse-me: «Não há nada a fazer. O Marcelo vai apoiar o Tomás.» Então eu disse: «Bom, a partir daqui eu não me interessou mais pelo caso do Marcelo Caetano.» Porque eu, apesar de tudo, cá fora ainda tentava angariar-lhe alguns apoios; mas ele disse-me: «É impossível, não vamos fazer nada.»

AM > O que é que concluiu desses encontros com Américo Tomás?

CM > Eu até gostava do homem. Ia muitas vezes à Presidência da República por causa das minhas funções de secretário-geral do MNE e dei-me conta que ele era um homem simpático, bem-educado, boa pessoa, só que vivia num outro mundo. Era um bocado limitado nas suas faculdades intelectuais e sobretudo era extremamente retrógrado no seu pensamento. Estava convencido que ainda vivia no tempo das caravelas.

AM > E de Paulo Cunha?

CM > Esse era um homem muito especial.

AM > Ele e Marcelo têm percursos semelhantes, o que é que os separa?

CM > Enquanto Marcelo era um animal político, muito ligado às ideias, quaisquer que elas fossem, o Paulo Cunha era um indiferente em matéria política. Não sei se isso era uma coisa calculada ou natural. Fui aluno do Paulo Cunha cinco anos e nunca o ouvi pronunciar uma opinião política sobre qualquer assunto interno. Era um jurista notável, era um professor notável, tinha um coração de ouro, mas era uma pessoa tão boa, tão boa, que até tinha criancices, coisas de adolescente.

AM > Por exemplo?

CM > Fazia umas palhaçadas que não iam com uma pessoa inteligente. Por exemplo, quando ia para as reuniões em Paris, por vezes acompanhava-o até ao hotel, com a mulher. E quando lá chegávamos ele dizia: «Bom, agora vou dar um passeio.» Ela dizia: «Agora ele vai fazer quilómetros.» Ele descobrira um aparelho que eu não sabia que existia, um pedómetro, que se ligava na perna e marcava os quilómetros que uma pessoa andava. Fazia concurso com o secretário a ver quem é que andava mais quilómetros. E fazia isto antes de se ir deitar.

AM > O que contribuía para aquela imaturidade política? Mas como se pode ser um bom ministro dos Negócios Estrangeiros ignorando a política interna?

CM > É, mas ele não falava disso. Houve uma altura em que fiz uma coisa, que era minha obrigação, que o deixou muito atrapalhado, porque nessa visita que eu fiz no âmbito da NATO aos EUA, eu fui encontrar em Norfolk como oficial de ligação o então coronel Costa Gomes, que me deu a conhecer um documento que era um relatório do almirante do SACLANT [Quartel-Geral do Supremo Comando Aliado do Atlântico], o almirante comandante das forças do Atlântico, que tinha feito uma visita oficial a Portugal e que nesse relatório dava conta da muito má impressão que tivera daquilo que vira. Era uma coisa que punha em cheque o Santos Costa, ministro da Defesa, que em Conselho de Ministros exibira os telegramas protocolares que se mandam sempre com agradecimentos sobre a estada.

AM > Não se tinha apercebido da avaliação negativa?

CM > O Costa Gomes mostrou-me aquilo, intencionalmente, com certeza, e eu comuniquei-o ao meu ministro, porque não lhe ia ocultar nada, obviamente. Quando lhe contei ficou quase pálido e ele era um homem que dizia que não se atrapalhava com nada. Tinha um à-vontade espantoso, mas quando leu aquilo ficou pálido, porque era uma crítica a um membro do Governo e isso punha-o numa situação de dar ou não dar conhecimento do que soubera e a quem.

AM > E deu conhecimento?

CM > Não faço ideia nenhuma. Mas estou convencido que meteu aquilo na gaveta. Era um homem inteligente e sabia das brigas que havia internamente. Mas isto é só para lhe dar uma nota de como Paulo Cunha se mostrava totalmente indiferente aos assuntos internos. Não conheço ninguém, mesmo do círculo mais íntimo dele, que me tenha dado um elemento para definir a posição política de Paulo Cunha. Se ele era favorável ao regime, se...

AM > Se era ministro, era difícil não ser do regime?

CM > O que eu quero dizer é que o Salazar criou um conceito político que às vezes nós temos dificuldade em entender. No fundo, aquilo está certo com a filosofia do Salazar. Ele não quis fazer um partido, quis fazer uma União Nacional, isto quer dizer pessoas de várias formações políticas dentro da mesma União. Tanto que ele aceitou uns democratas que nunca esconderam sê-lo e que colaboravam. E o Salazar aceitava um indivíduo com uma formação política diferente, mas colaborante. Isto faz alguma confusão porque este regime não existe nas ditaduras.

AM > Mas a prerrogativa do ditador não é escolher a pessoa de quem gosta?

CM > Pois, e o Paulo Cunha foi contratado para ser ministro dos Negócios Estrangeiros numa fase em que em Portugal se enveredou por uma estratégia, quanto a mim errada, na defesa da nossa política ultramarina, que era a estratégia jurídica. Era defender o caso face à lei internacional. Achei essa estratégia completamente errada. Foi uma estratégia que o Paulo Cunha levou a fundo e até ganhou. Simplesmente, perdeu na prática.

AM > Ganhou juridicamente e perdeu na realidade?

CM > Era, de facto, uma estratégia errada, mas eles viviam debaixo dela, que achavam ser a única saída. Foram buscar um jurista corajoso, brilhante, que dirigiu aquilo tudo numa base do Direito Internacional. A lógica era esta: «Nós fomos aceites nas Nações Unidas em 1955 com a Constituição a dizer concretamente que os territórios africanos, Macau e Timor eram parte integrante do território nacional. Fomos aceites nas Nações Unidas com esta Constituição. Portanto, esta é a argumentação, não venho para cá a discutir se é assim ou não, porque vocês assim a aceitaram.»

AM > Marcelo Caetano não era assim. Afrontava politicamente as situações. Mas também este, pelo que disse, criou expectativas que depois defraudou. Quando em 1972 vê que Caetano também não se decide, do que é que fica à espera?

CM > De nada. Estava convencido que o regime ia entrar numa crise. Até tentei desembaraçar-me do serviço de Estado. Fui convidado por várias empresas privadas e considerei seriamente essa hipótese porque achei que a nau do Estado estava a ir pelo caminho do naufrágio. Como não era uma pessoa rica e pudesse assegurar o bem-estar da minha família, tinha que tomar medidas. O que eu achava é que este regime estava à deriva e dentro de pouco tempo íamos ter uma de duas coisas: ou uma revolta militar, e caminhávamos para um regime militarista qualquer, não sei bem de que feição; ou o poder caía na rua com uma insurreição, num estado caótico...

AM > E acabou por acontecer...

CM > Que fossem as duas coisas juntas, nisso é que não tinha pensado.

AM > Quando o 25 de Abril chega estava no Ministério?

CM > Era o secretário-geral. O Rui Patrício foi ter com o Marcelo Caetano, no Quartel do Carmo. Fecharam-se lá e é de sublinhar que o Marcelo Caetano era um homem deveras surpreendente. Sendo muito inteligente tinha às vezes argumentos que nos deixavam completamente desarmados. Por exemplo, uma das explicações que ele dá nos livros dele sobre ter ido para o Quartel do Carmo, era que durante as revoluções que tinha havido anteriormente em Portugal, o Governo refugiava-se no Quartel do Carmo, que a GNR era tradicionalmente a defesa do Governo. Só que desde esse tempo tinha havido uma grande evolução e os armamentos que existiam nos quartéis já não tinham nada a ver com aquelas espingardas do princípio do século, com que se faziam as revoluções e quando ela estava sempre melhor equipada. A GNR, durante os governos da I República, era o factor de vitória das várias revoluções. Houve até um comandante da GNR, Liberato Pinto, por sinal pai de Supico Pinto, que negociava entre as facções qual delas ia ganhar. Esse homem, quando veio o 28 de Maio, refugiou-se na Escola Industrial Marquês de Pombal, onde era colega do meu irmão. Foi assim que eu o conheci, uma figura de cabelos brancos e o filho procurou sempre evitar que se soubesse isso. Ora foi este argumento que Marcelo Caetano utilizou em 1974! Mesmo o Salazar, quando houve uma tentativa de golpe de Estado, já não foi para o Carmo. Foi para Caçadores 5 [Campolide]. Esse sabia escolher. O Carmo era uma ratoeira. Não era preciso saber muito de coisas militares para perceber isso.

AM > Ele desiludiu-o?

CM > Desiludiu-me imenso. Acabámos por ficar de relações frias e não foi por causa da política. Foi porque ele achava que eu como secretário-geral do MNE devia fazer tudo quanto ele queria. Eu achava que devia fazer o que o regulamento do Ministério determina e quando havia questão de promoções a levar a conselho de Ministério ele não tinha que ter interferência. Mas ele procurava tê-la através de Rui Patrício e eu não permitia. Uma vez, quando fui a despacho com ele, disse-me: «Vocês lá no Ministério têm a mania que são independentes.» Não lhe respondi, mas cá por dentro pensei: «Isto é o maior elogio que possa receber de um chefe do Governo.»

AM > Porque não tentava também interferir nas Forças Armadas?

CM > Sabe-se lá. É esse o caso. Marcelo era um homem com várias personalidades. Já alguém disse, creio que foi a marquesa de Ficalho, que ele umas vezes era afável, outras

ficava um homem frio. Comigo foi sempre assim. Lembro-me que uma vez, era eu aluno, morava ele perto da Estefânia e eu perto do Saldanha, e não havia transporte público para o Campo de Santana. Vínhamos a pé e por vezes ele pegava-me no braço e entrava comigo na Faculdade com o braço em cima do ombro, afável quase em excesso. Mas havia dias em que nem me dizia bom-dia. Tinha um feitio muito especial, que qualquer coisinha alterava. Mas o mais grave era o problema da indecisão. Foi o que aconteceu na reeleição do almirante Tomás. Ele tinha que ter um presidente, como fez Salazar, que estava praticamente ao seu serviço.

AM > Tinha algum nome em vista?

CM > Não tinha.

AM > Mas não chegou a falar-se em ser o próprio Marcelo a ser Presidente da República? A ala liberal, por exemplo...

CM > Houve quem pensasse nisso. Como houve quem pensasse que quando o Carmona morreu o Salazar devia ter assumido a presidência e nomeado um primeiro-ministro.

AM > Marcelo Caetano?

CM > Sim e até houve vários grupos a apoiar essa solução que não se fez porque o Salazar não queria. Havia o Costa Leite [Lumbrales] que queria, mas como ele e o Marcelo não eram do mesmo grupo também não se avançou.

AM > O 25 de Abril fecha um ciclo do Estado Novo com um levantamento militar, tal como este pusera fim à I República, em 1926. Tem recordações desse tempo?

CM > Eu estava em Moçambique quando se deu o 28 de Maio e era muito novo. Tinha 11 anos. O que lá chegou, através da censura, foram os ecos. Mas quando regressámos, em 1927, o meu pai, que fora expulso e viera antes, foi-nos buscar à gare de Alcântara. Foi na altura da célebre revolução de Fevereiro de 1927 e quando chegámos ao Largo do Município vi em frente à Câmara Municipal, empilhados uns em cima dos outros, montinhos de polícias mortos. Foi uma imagem que nunca esqueci: a *débâcle* da democracia e o advento dos militares.

AM > Por que é que o seu pai foi expulso de Moçambique?

CM > Por ter infringido a censura, publicando um artigo considerado insultuoso para o ministro das Colónias.

AM > Isso comprometeu a sua ligação ao movimento militar?

CM > Bom, nessa altura eu era um garoto, de maneira que não lhe dava grande importância. Só depois é que comecei a perceber e devo dizer que nunca gostei de governos militaristas. Eu acho que os militares existem para fazer a guerra e não para governar.

AM > O papel dos militares é fazer a guerra e o dos diplomatas? Não é verdade que o Ministério dos Negócios Estrangeiros começou como Secretaria de Estado da Guerra?

CM > Isso provém de uma razão muito simples. É que os dois instrumentos principais da política externa são a diplomacia e a guerra. Quando temos um problema internacional procura-se resolvê-lo através do diálogo e da negociação. Se isso não dá resultado a única forma de o resolver é pela guerra. São estes os instrumentos fundamentais, o que não quer dizer que não haja outros. Havia portanto uma lógica quando D. João V fez a divisão das secretarias de Estado. Criou uma Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que tratava dos assuntos que hoje incumbem a praticamente todos os ministérios, excepto os que diziam respeito aos assuntos externos, que diziam respeito à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Havia uma Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos e da Marinha, já que era a esta que competia a protecção desses territórios.

AM > Quer dizer que os militares e os diplomatas têm um estatuto semelhante?

CM > São ambos instrumentos da política externa, que tem como instrumentos fundamentais a diplomacia e a guerra, quando ela é possível.

AM > Está a dizer-me que os diplomatas também não se devem meter na política?

CM > Os diplomatas não devem meter-se na política por uma razão muito simples. Tal como os militares, eles são agentes do Estado. São designados pelos governos para executar a política externa que eles ditarem. Não têm, pois, que ter opinião sobre política externa. As opiniões são dos governos. O que não quer dizer que um agente diplomático não tenha liberdade de ter opiniões.

AM > O seu primeiro contacto com a ditadura militar foi a revolta do 7 de Fevereiro e o cortejo de mortos. Mas Salazar não é um militar e em 1933 faz votar uma Constituição para acabar com a ditadura. Como é que vê este esforço?

CM > Também nunca gostei de regimes ditatoriais. Sempre achei que devíamos ter um regime que não fosse como os da I República, que levaram à instabilidade, mas mais de tipo presidencial, porque assegurava a estabilidade que nós não conseguíamos por fei-

tio e natureza, acabávamos por nos dividir em grupos pessoais. Quando falava disto com um amigo meu, cujo pai fora senador na I República, ele afastava-se desta perspectiva, dizendo-me: «Isso é muito perigoso. Um regime presidencialista pode transformar-se numa ditadura.»

AM > Como com Sidónio Pais?

CM > Provavelmente referia-se a isso. Mas a minha opinião era essa. Devo dizer que a Constituição de 1976, mesmo com as sucessivas revisões que a foram depurando dos aspectos mais programáticos ainda contém vários disparates. Sobre Direito Internacional, por exemplo, como ela foi feita por constitucionalistas completamente desligados dos internacionalistas, embora pareça impossível, o resultado é que tudo quanto se refere a internacional é praticamente asneira. A Constituição diz que «compete ao Presidente da República designar» etc. e, a dado passo, «acreditar os diplomatas estrangeiros». Isto é uma enormidade, porque o PR não acredita senão diplomatas portugueses junto de chefes de Estado de outros países. Acreditar significa receber o creditamento.

AM > Está mal redigido?

CM > Não é só uma questão de estar mal redigido. É também de conceito, porque a palavra «acreditar» é usada num sentido absolutamente impróprio. Basta ver no dicionário de Moraes, que já vem do século passado. Mas a Constituição de 1976 teve a virtude de criar um sistema que permite uma certa estabilidade governamental.

AM > Mas a Constituição da I República também era democrática. O que pensa dela?

*CM > Era democrática mas de sistema de gabinete que é um sistema em que o governo está dependente das votações do Parlamento, muito simplesmente. De maneira que com as divisões de partidos que havia, nunca era possível um governo aguentar-se. Às vezes durava duas semanas. Não é possível governar um país assim. Por mais fantástico que seja o primeiro-ministro, ninguém consegue. O Afonso Costa fez um *tour de force* para aguentar o Governo durante um ano e meio. Mas foi uma coisa excepcional. Era um sistema errado. Daí veio o grande equívoco do Salazar sobre os partidos. Ele era um homem vacinado contra a democracia porque vivera o sistema do fim da monarquia e do princípio da república, em que o País era ingovernável e se entrou praticamente na bancarrota. A conclusão que o Salazar tirou foi a de que a democracia não serve para Portugal. É uma conclusão errada porque parte de premissas que não são certas. O que estava errado era o sistema democrático, não a democracia.*

AM > Nessa óptica, o Salazar aparece como um estabilizador da sociedade portuguesa?

CM > Exactamente. Podemos discordar, mas a grande obra dele foi o saneamento financeiro, que fora agravado pelos militares nos dois primeiros anos de ditadura. A dívida externa de 1926 a 28, altura em que Salazar assume a pasta das Finanças, foi mais grave do que durante todo o primeiro tempo da república. Os militares praticaram uma gestão perfeitamente desastrosa, porque de todas as vezes que militares se armam em administradores há um esbanjamento de dinheiros públicos. Parece uma fatalidade. O Salazar teve a virtude de conseguir reequilibrar as finanças. Depois disso o caminho seria a normalização democrática do País. Mas era a isso que o Salazar se recusava, porque a imagem que ele tinha dos partidos e da democracia era que era um mal para o País e nunca ninguém conseguiu arrancar-lhe essa ideia.

AM > *Salazar não é exceção nessa altura, com a consolidação de Mussolini em Itália, Hitler na Alemanha e um pouco por toda a Europa. A exceção não é a Espanha, onde se forma uma frente popular? Que vai dar numa guerra civil? Como é que a guerra civil espanhola entrou em sua casa?*

CM > Entrou de uma forma bastante triste, porque fez com que o meu irmão mais velho abalasse para lá, sem que soubéssemos nada dele.

AM > *Ela fez-se sentir no interior das famílias?*

CM > Em montes de famílias.

AM > *Mas a sua família não era liberal e de tradição republicana?*

CM > Pois, mas o meu irmão mais velho andava na companhia dessas alas mais conservadoras, de modo que deixou-se entusiasmar. Havia nessa altura uma espécie de mística anticomunista. O comunismo aparecia como uma ameaça terrível e isso levava a que pessoas de várias formações políticas se fundissem nessa frente anticomunista. E não há dúvida que o partido comunista passou a ter um predomínio enorme no Governo de Madrid. Foi isso que trouxe os fascistas para Espanha. Se não fosse a intromissão da União Soviética não tinham vindo nem o Hitler nem o Mussolini. É que a Península Ibérica é uma coisa curiosa na História. O imperialismo napoleónico foi derrotado em grande parte na Península Ibérica. A resistência popular em Espanha e Portugal foi de tal ordem que surpreendeu Napoleão. Países muito mais civilizados e amantes da liberdade não tinham mostrado aquelas atitudes de revolta popular. Também a única derrota da União Soviética no plano externo foi em Espanha, com o franquismo. A guerra de Espanha terminou com uma derrota do comunismo. O que não quer dizer que eu gostasse dos franquistas. Lembro-me de um mapa da Península Ibérica feito pelos falangistas que era toda ela a Espanha. Portugal desaparecia nele. Lembro-me de o ter mostrado a amigos que defendiam o Franco e ter-lhes dito que era aquilo que os franquistas queriam.

AM > Conheceu o Franco?

CM > Vi-o, coitado, quando acompanhei o Marcelo Caetano numa visita oficial a Madrid. Foi uma coisa patética, porque o Franco já estava nas últimas. Via-se perfeitamente que tinham maquilhado o homem, o tinham posto numa cadeira e que estava ali só para se mostrar. Quando o Marcelo dizia uma coisa ele abanava a cabeça e havia alguém que lhe segredava qualquer coisa e ele dizia umas palavras. Era já um cadáver. Foi assim que vi o Franco. Quiseram fazer dele o mesmo que fizeram com Salazar.

AM > Também viu o Salazar nesse estado?

CM > Não. Só na televisão, como toda a gente. Tiveram aquela coisa de mau gosto de o pôr assim e depois apresentaram-no na televisão. Foi uma coisa desgraçada.

AM > As movimentações sociais e os regimes autoritários são uma consequência da I Guerra Mundial. Como é que viu nascer este século, separado entre estas duas tendências opostas?

CM > Aqui em Portugal o Salazar conseguiu, não sei se bem ou mal, emascular todos os movimentos políticos. O próprio partido comunista, que como é natural entrou na clandestinidade, sofreu um desgaste tremendo. Eu dava-me com toda a gente e tive até um amigo que era comunista. Mas esse era um comunista verdadeiro, isto é, acreditava no ideal comunista e acabou por não acreditar no Partido Comunista Português e saiu.

AM > Está a falar de alguém em especial, de um dirigente?

CM > De um amigo meu, que acabou por suicidar-se. Ele era filho de um coronel, Luna de Oliveira, que foi chefe de gabinete de vários ministros do Estado Novo. Ele era o Álvaro Luna e era uma jóia de pessoa. Queria um mundo verdadeiramente comunista, tipo franciscano. Ele contava-me horrores do Partido Comunista. Deixara de ir às reuniões porque aquilo chegara a um estado de decadência enorme antes do Cunhal ter procedido a uma reorganização. As reuniões terminavam em orgias. O Partido Comunista perdeu força.

AM > Está a falar do português?

CM > Do português. Porque em França estava cheio de vigor e em Itália também. Depois da guerra ele apareceu com uma força e, sobretudo, um nível...

AM > Que ideia tinha da revolução bolchevique?

CM > Via-a como uma revolução sem razão de ser. Nunca tive simpatias por esse tipo de governação em que a liberdade individual era eliminada. Uma das coisas mais extraordinárias do regime soviético é que tendo uma centralização absoluta, quer do ponto de vista político, quer económico, acabou por não ter sucesso. Isso é que é uma coisa extraordinária. Eles andavam a pedir esmola aos países capitalistas. Tenho uma interpretação muito especial quanto à sobrevivência do regime soviético. Considero que o regime soviético foi um parasita do capitalismo. Se não houvesse o regime capitalista a União Soviética não tinha sobrevivido tanto tempo. Andavam sempre a pedir esmola aos americanos e aos canadianos, apesar da imensidão daquele território. Não eram capazes de produzir trigo suficiente para as necessidades populacionais.

AM > E do Hitler e do Mussolini. Que percepção tinha do nazismo?

CM > Achava um bocado de graça ao Hitler, porque ele era um orador à germânica, um tipo de que eu gosto, muito afirmativo. O Mussolini era do mesmo tipo afirmativo. Havia algumas intervenções do Hitler em que ele dava certo nos regimes democráticos e aproveitava-se da popularidade assim criada.

AM > Recordas algumas dessas críticas?

CM > Era sobre a excessiva concentração da riqueza, os abusos do capitalismo. Depois enfiava por um capítulo que nunca aceitei facilmente, dizendo que a culpa era dos judeus. No fim, o capitalismo era uma forma de infiltração do judaísmo e os judeus dominavam tudo, de Wall Street por aí fora. É claro que havia lá muitos judeus e eles tinham uma força económica muito grande, e ainda hoje têm. Só que ele simplificava tudo isso. Evidentemente que nunca tive grandes simpatias por ele porque, como era muito europeísta, eu chegara a esta conclusão, que ainda é a de hoje: a Europa ou se faz democraticamente ou não se faz. Pela hegemonia está provado que não se faz.

AM > Que ideia da Europa tinha então?

CM > Achava que o Hitler podia triunfar e criar, como anunciou, uma Europa unida sob a hegemonia germânica. Eu achava que isso nunca podia sobreviver. Nunca. Recordo que no mesmo sentido houve uma tentativa francesa, até uma espanhola, mas uma Europa hegemónica fracassou sempre e levou a guerras tremendas. Portanto, esse caminho tem que ser posto de parte. A tentativa de Hitler de fazer uma Europa unida, independentemente dos princípios políticos autoritários, sob hegemonia germânica era uma loucura.

AM > Quais devem ser os pilares da União Europeia?

CM > Tem que ser democrática, com o consentimento dos países. Só pode fazer-se com o consentimento de cada uma das partes. Esse é que é um trabalho difícil, longo como tudo. Veja bem que das seis nações originais, hoje passámos a quinze [em 1999], com culturas um pouco diferentes, com hábitos um pouco diferentes, conseguiram reconstruir uma Europa unitária... Mas ela só é viável, só tem futuro, se for feita com base no consentimento destas nações.

AM > Qual é a filosofia que possa unir essa diversidade? Que cultura pode ser o elemento de ligação?

CM > Para mim há um substrato da cultura europeia que enunciei num trabalho que fiz quando andava no liceu. Assenta nos princípios da filosofia grega, do direito romano e da ética cristã. Nesta base, comum aos países europeus, pode realmente procurar unir-se, apesar dos interesses diversificados. Os países europeus divididos nunca conseguirão fazer aquilo que unidos poderão conseguir. É aqui que está o princípio da subsidiariedade. Mesmo os mais fortes, como a Alemanha, não conseguem ter uma importância diante de gigantes como os Estados Unidos. Veja-se o caso dramático da Inglaterra. Ela está numa situação menos brilhante porque mentalmente ainda não se habituou a que já não é um império.

AM > Quer dizer que a democracia também saiu derrotada na II Guerra Mundial? Afinal, quem são os derrotados?

CM > Não há dúvida que a Inglaterra perdeu muita coisa, entre elas um império. Disso não há dúvidas. Mas é preciso acrescentar que era um império que já não se justificava. Na II Guerra Mundial todos perderam com exceção, talvez, dos Estados Unidos.

AM > Mas como é que um regime de modelo democrático pode conduzir a situações de tipo imperialista?

CM > O imperialismo inglês procurava assentar em princípios democráticos aplicados na metrópole, mas não necessariamente no império. O cidadão indiano não tinha os mesmos direitos de um cidadão britânico. O império romano fez a mesma coisa.

AM > Define-se como um liberal?

CM > Sim, mas não tenho uma receita constitucional para o País. Se tivesse responsabilidades políticas talvez pensasse nisso.

AM > Como é que um liberal pôde atravessar todo o regime salazarista?

CM > Eu nunca entrei em discussões políticas. Nem com colegas meus. O Salazar teve a capacidade de retirar a decisão política à população, o que foi muito mau, tirou-lhe a res-

ponsabilidade. Ninguém se sentia responsável porque Salazar mandava. Assim, não havia pretexto para discussão política dentro do regime. Só havia quando encontrávamos alguém da oposição. Nessa altura, quando se estabelecia um diálogo, eles diziam coisas com as quais tínhamos que concordar ou não.

AM > Álvaro Luna era um amigo comunista. Tinha amigos entre a oposição republicana?

CM > Sim, até colegas meus que eram de formação democrática mas que não a exibiam nem tinham actividade política, com excepção de um, que teve uma vida complicada, e um outro que teve a carreira prejudicada aquando da candidatura de Norton de Matos. Um homem que era chefe de repartição do Ministério e ia a despacho com o Salazar. Apareceu nas listas de apoio ao Norton de Matos e o Salazar fez sempre uma certa resistência a que ele fosse promovido de chefe de missão a ministro. Mas os amigos que tinha no Ministério, porque ele era um homem excepcional, intervieram. E quando o Paulo Cunha foi ministro, um desses amigos, que trabalhou muito com Lumbrales, fez muita força para que ele fosse promovido. Lumbrales era muito próximo de Salazar, embora fizesse muita cerimónia com ele, mas encheu-se de coragem para insistir para que ele fosse promovido e o Dr. Salazar disse isto: «Quando eu era ministro dos Negócios Estrangeiros, eu entendia que esse senhor não tinha condições para ser nomeado. Mas eu já não sou ministro dos Negócios Estrangeiros. Isso é com ele.» O Lumbrales foi ter com o Paulo Cunha e disse-lhe o que se passara. Essa pessoa amiga fez força sobre o Paulo Cunha, que acabou por nomeá-lo ministro em Cuba. Chamava-se Álvaro Marques.

AM > Como é que viveu a neutralidade da II Guerra Mundial, com acesso à informação privilegiada que vinha das várias embaixadas?

CM > Quando entrei no Ministério fui colocado na repartição de Questões Económicas. Era dessas questões que tratava. Que nesse momento eram muito importantes, porque Portugal com a guerra ficou cortado dos mercados, quer de fornecimentos quer de exportação. O nosso recurso foi obter fornecimentos vindos dos EUA.

AM > Também neutrais...

CM > Sim, mas era óbvio que os EUA estavam a ajudar a Inglaterra o mais possível. E nunca esconderam isso. Depressa abandonaram a posição neutral.

AM > Conta-se que Salazar escreveu a Armindo Monteiro, então embaixador em Londres, dizendo-lhe que só ele é que acreditava que a Inglaterra ia vencer a guerra. Não havia a percepção de que a Alemanha podia perder?

CM > Não na minha repartição. Ali todos eram mais pró-ingleses que qualquer outra coisa. Eu era um pouco mais imparcial. Tinha o pelouro dos países do Eixo porque ninguém queria tratar desse pelouro, e como era o mais novo no serviço fui eu que apanhei com ele.

AM > *Estava então numa posição privilegiada para ver a evolução da guerra desse lado? O conde de Tovar dirigia a legação de Berlim. O que é que ele lhe dizia?*

CM > As vitórias fulminantes da Alemanha, no princípio da guerra, evidentemente que tiveram um impacte enorme, mesmo junto de pessoas que nem eram muito favoráveis ao Hitler. Eu próprio fiquei impressionado. Até porque as pessoas estavam um bocadinho influenciadas pela doutrina do Salazar segundo a qual as democracias eram impotentes e que os regimes de partidos eram ineficientes, havia a ideia de que elas não seriam capazes de aguentar a pressão. Havia era um grande desconhecimento da capacidade técnico-militar dos americanos.

AM > *Entrou em 1941 para o Ministério, precisamente na altura em que Hitler e Franco se reúnem e se fala da ocupação alemã da Península Ibérica...*

CM > É aí que eu digo que o Salazar teve um certo papel na contenção do Franco, que estava a ser muito pressionado para se juntar aos alemães. Se isso acontecesse era certo que os alemães sozinhos, ou com espanhóis ou só estes, entravam em Portugal.

AM > *Mas no Governo português não havia também uma forte corrente pró-germânica?*

CM > Havia alguns indivíduos, muito conhecidos, que eram pró-germânicos no sentido de serem antidemocráticos. Mas...

AM > *Nem mesmo esses queriam a vinda dos alemães?*

CM > Isso ninguém queria, a começar pelo Salazar. Nessa circunstância ele desapareceria. Eu não acredito nisso, se bem que não se pode estar na cabeça das pessoas. Havia germanófilos bem conhecidos, mas a maioria não o era.

AM > *Na administração do Estado?*

CM > Na administração e na população em geral.

AM > *Quando é que se dá conta de que o que se passa na Alemanha não é normal, mesmo em tempo de guerra?*

CM > Havia muitas informações, mas elas eram prejudicadas pela propaganda. Havia uma propaganda intensa e bem feita da BBC em Portugal, com jornalistas, como os meus amigos Francisco Matta e Fernando Peça, e programação em português.

AM > Mas quando é que chega ao vosso conhecimento o que o Hitler está a fazer? Foi só depois da guerra?

CM > Não. Durante a guerra a BBC tinha programas informativos.

AM > Foi através da BBC que soube?

CM > Era a fonte fundamental.

AM > O Ministério português não teve conhecimento da existência de perseguições à comunidade judaica, de campos de concentração?

CM > Isso teve. A nossa representação na Alemanha, apesar de terem criado ao Tovar a fama de ser germanófilo, mandava a informação daquilo que era público. Houve perseguições que eram públicas e conhecidas.

AM > Qual era a leitura que se fazia aqui dessas informações? Concretamente, qual foi o tratamento que deram à informação que enviava Aristides de Sousa Mendes? Foi interpretada burocraticamente, como se diz?

CM > É muito difícil falar do caso de Sousa Mendes, porque foi de tal maneira utilizado politicamente que não se chega a saber o que é exacto e o que é verdadeiro. Um assunto dessa natureza não foi tratado de maneira objectiva. Foi politizado.

AM > Foi politizado agora. Mas em 1939? Ele vem desse tempo.

CM > Pois, mas o que eu estou a dizer é que o tratamento dele agora foi de tal maneira politizado que já ninguém sabe – atenção, eu sei – quero dizer, o público em geral não sabe já o que é verdade e o que não é, porque procurou exaltar-se a figura de Sousa Mendes – com o que não tenho nada contra. Foi um homem abnegado, talvez ingénuo, talvez levado pela sua bondade cometeu erros administrativos. Desobedeceu a ordens. Mas enfim, eu como sou uma pessoa tolerante tinha mais tendência para o perdoar do que, naturalmente, o Salazar.

AM > Mas houve outros casos, Sampaio Garrido, por exemplo, em que os diplomatas também sofreram nas suas carreiras e qual é a politização que aí há?

CM > O Sampaio Garrido era um grande amigo meu. Conheço muito bem os casos deles. Agora o que eu estava a dizer é que o assunto está falseado. Segundo os cálculos, que não é fácil fazer, teriam vindo para Portugal, com vistos ilegais passados pelo Sousa Mendes, 20 mil pessoas. Fiquemos só por aí. Ora os judeus entrados em Portugal, segundo os cálculos dos judeus, foram 80 mil. Portanto essa gente toda não entrou através do Sousa Mendes. Foi através de vistos perfeitamente legais. Foi através de canais perfeitamente legais, incluindo as crianças que vieram através da Turquia, através de monsenhor Roncalli, futuro papa João XXIII, que era nessa altura delegado apostólico em Ancara. Ele conseguiu transportar crianças judias refugiadas para Portugal. Há muitos outros exemplos, todos legais. O caso de Sousa Mendes é totalmente à parte. É o de alguém que perdeu totalmente a cabeça no meio daquela coisa toda, se calhar também nós teríamos sofrido do mesmo, de maneira que começou a dar vistos a toda a gente. Simplesmente as pessoas também se esquecem que esses vistos não serviam para nada. Quando essa gente entrou em Portugal entrou porque as autoridades portuguesas permitiram a entrada. De outro modo não o poderiam, porque não tinham um visto válido.

AM > *Acha que seria possível reenviar os que chegavam para França?*

CM > Atenção, não tínhamos que os mandar para nenhum sítio. Não tínhamos é que deixá-los entrar. Há aí muita distorção.

AM > *Que imagem é que traça de Sousa Mendes?*

CM > Ele não tinha boa imagem no Ministério. Já antes tinha tido vários processos disciplinares. Era uma pessoa um bocado irresponsável. Tinha 14 filhos, imagine-se, e ainda tinha aventuras. Era uma pessoa com pouco apoio no Ministério, quando entrei [1941]. E não se pode transformá-lo em cônsul-geral, que ele nunca foi. Era um cônsul de 2.^a classe e já o tratam por embaixador, por herói. É todo um empolamento que torna difícil saber exactamente como as coisas correram.

AM > *Mas houve ou não a percepção no Ministério de que o nazismo ultrapassou as fronteiras da humanidade? Achavam que eram situações admissíveis em tempo de guerra?*

CM > Só depois da guerra é que se percebeu.

AM > *Não vos chegou a informação dos campos de concentração?*

CM > Havia informações. Sabia-se que andavam a recolher massas de judeus que punham em campos de concentração e depois não se sabia o que é que lhes acontecia. Isto é, mais ou menos isso sabia-se. Não se sabia é que era com aquela extensão, que só os america-

nos quando foram aos campos de concentração e abriram os fornos é que viram. Foi uma revelação não só para nós como para países bem informados, como era o caso da Inglaterra, que tinha bons serviços de espionagem.

AM > Mas o conde de Tovar escreveu a Salazar a dizer-lhe? No Ministério não se sabia?

CM > Falar do Ministério é um bocado vago. É possível que houvesse quem soubesse. Eu não sabia. Não me ocupava desses assuntos. Nessa altura era apenas um 3.º secretário.

AM > Depois da vitória dos Aliados a oposição pensou que podia vencer Salazar e propôs um liberal como Norton de Matos às presidenciais de 1949. Mas sem êxito. Como é que analisa esta derrota?

CM > O Salazar tinha grandes forças que o apoiaram. Primeiro nos militares, mesmo se ele não gostava de militares sabia utilizá-los muito bem. Tinha a Igreja, embora com reclamações de alguns lados. E tinha as empresas e os grandes poderes económicos, que prezavam antes de mais a estabilidade.

AM > Norton de Matos não correspondia a esse modelo?

CM > Não. A única coisa que Norton de Matos aqui podia acrescentar era a liberdade política. Mas ele perde porque o Governo controlava toda a máquina eleitoral. É preciso não esquecer que a massa é que conta nas eleições. Não são as elites. E essa massa popular estava perfeitamente vacinada contra partidos pelo Salazar. Ele tinha esse poder carismático de convencer as populações de que ele é que era o paizinho, que tratava de tudo e que os outros eram uma malandragem. Mesmo que as eleições tenham sido falsificadas e que os tais 90 por cento fossem 75 por cento, Salazar ganhava na mesma. Estou convencido que ganhava até honestamente, não era preciso falsificar. Mas não sabemos. Tinha amigos que eram caciques políticos e eles nunca me ocultaram que o resultado estava garantido. Mesmo num regime democrático é muito difícil um governo perder as eleições.

AM > Participou na campanha do Norton de Matos?

CM > Não. Nunca tive qualquer actividade política.

AM > Não votou?

CM > Só votei depois do 25 de Abril.

AM > As democracias liberais do princípio do século foram submergidas por regimes autoritários, o que provocou uma guerra mundial. Da Grande Guerra surgiram reforçadas as democracias, mas que

depressa se confrontam com outras ditaduras, numa II Guerra Mundial ainda pior. Alternar democracia e ditadura é o destino político da Europa?

CM > Acho que não. Nesse aspecto sou da opinião daquele americano, Fukuyama, que fala do «Fim da História». Estou convencido de que chegamos a uma fase de grande vitória democrática. Os tais mil anos de nazismo passaram a ser os mil anos de democracia. Entrámos num caminho difícil de ser alterado.

AM > *Que personalidades distingue no século XX?*

CM > Numa análise geral, há um que se distingue – Einstein. Sem ele, o século não teria sido o que foi. A nível de personalidades políticas, a escolha é mais difícil. O par Lenine/Estaline no plano negativo e o de Roosevelt/Churchill no plano positivo.

AM > *No âmbito nacional distingue alguém neste século?*

CM > Tenho a impressão de que não se vai guardar a memória de nenhum.

AM > *Salazar dominou politicamente durante meio século. Depois do 25 de Abril qual o político que mais se destacou?*

CM > O político com quem tive maior proximidade foi o Dr. Sá Carneiro. Tinha uma grande visão política. Estava convencido que Marcelo Caetano podia fazer a evolução política, mas quando viu que isso não aconteceu, demitiu-se. Ele preconizava uma liberalização do regime e a adopção de uma solução política para o problema colonial. Tentou fazer um verdadeiro programa de governo, depois do 25 de Abril, com Palma Carlos. Mas foi derrotado pelos radicais.

AM > *Qual era essa solução para o problema colonial?*

CM > Ele era *carrément* contra a guerra, o que desagradou a alguns militares, designadamente a Kaúlza de Arriaga. Era favorável a uma autonomia. O problema estava em como fazê-la. Havia muitos que assim pensavam, como o Spínola.

AM > *E Marcelo Caetano não?*

CM > Ele estava prevenido dessa necessidade por fontes internas e externas. Gibson Barbosa, ministro brasileiro, disse-lhe em 1973 que devia resolver o problema colonial dando a independência às colónias, ou então eram os militares que o derrubariam. Marcelo respondeu-lhe que estava enganado, que eram os militares que não queriam a descolonização.

AM > Spínola e Sá Carneiro tinham a mesma posição?

CM > As ideias não eram muito diferentes. Mas enquanto Sá Carneiro era politicamente experimentado, Spínola era um ingénuo. Basta ler os seus escritos.

AM > Quanto a si, qual era a solução para o problema colonial?

CM > Houve um problema de *timing*, de que não nos apercebemos. Tínhamos todas as condições de diálogo com as elites africanas desses países. Elas existiam e até estavam a estudar em Portugal. Mas este trabalho devia ter sido feito logo após a II Guerra Mundial, não sob imposição da ONU. Politicamente era difícil, pois isso passava por uma consulta democrática a que Salazar, por princípio, se opunha. Ele recusou-a na Índia portuguesa, onde dispunha de uma solução favorável à autonomia. Preferiu o beco ao plano inclinado.

AM > Qual o ministro dos Negócios Estrangeiros com quem mais gostou de trabalhar?

CM > Foi o Dr. Jaime Gama. Admiro as pessoas pela inteligência, pela cultura e pelo carácter. Muitas vezes esquece-se o carácter. Quando aparece alguém com essas três qualidades, deve distinguir-se.

AM > E Mário Soares?

CM > Tem muitas qualidades, mas não essas. É um político e um homem muito habilitado que sabe utilizar bem as relações públicas, tirando daí grande popularidade.

AM > Melo Antunes também passou pelas Necessidades...

CM > Reconheço-lhe aquelas três qualidades, mas teve uma passagem episódica pelos Negócios Estrangeiros, o que foi uma pena, porque tinha um programa.

AM > Como é que viu o 25 de Abril?

CM > Foi um golpe militar que em si mesmo valeu pouco, mas teve como resultado a queda do regime. Se tivesse havido resistência teriam sido derrotados. Mas o regime estava exausto e descrente. **R1**